

Primeira infância

Ações articuladas

Envolver diferentes setores governamentais no atendimento às crianças pequenas é uma tendência promissora que vem alcançando bons resultados

Verônica Fraidenraich





© Shutterstock

É consenso, após a realização de diversos estudos longitudinais feitos mundo afora, que intervenções voltadas ao desenvolvimento da primeira infância beneficiam a saúde e o bem-estar da criança, bem como o seu desenvolvimento intelectual e a produtividade no trabalho na idade adulta. Todavia, isso exige a oferta de um conjunto de serviços articulados – em áreas como saúde, nutrição, cuidados, segurança, proteção e aprendizagem – levando em conta um olhar mais holístico, que vê a criança como pessoa, cidadã e sujeito de direitos. Nesse sentido, políticas intersetoriais que promovem a interação entre diferentes áreas e instituições governamentais – e, eventualmente, também entre outros atores sociais – têm se mostrado uma prática exitosa, que ganha cada vez mais espaço em administrações públicas do Brasil e do exterior.

Muitos documentos nacionais relacionados ao assunto ressaltam a questão da intersetorialidade, em especial quando da criação de planos municipais pela primeira infância (*leia texto na página 46*). Um exemplo disso é o Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, de 2017, produzido pela Rede Nacional Primeira Infância, que orienta os municípios a produzir “um instrumento político e técnico para atender todas as crianças em todos os seus direitos”.

Para o especialista em políticas públicas da primeira infância Vital Didonet trata-se de um instrumento “à altura das mais sábias recomendações provindas do campo das ciências sobre desenvolvimento infantil, da experiência na gestão de políticas públicas e do conhecimento profissional”. Didonet destaca a

estabilidade do plano, previsto para durar dez anos e fruto de construção cooperativa entre sociedade, órgãos do governo, conselhos, organizações, movimentos, universidades e institutos de pesquisas.

Muitas cidades já possuem um plano municipal e outras estão em fase de estudos para sua realização. São Paulo, por exemplo, deverá ter um documento normativo voltado às crianças de 0 a 6 anos até 2018. Tramitam na Câmara Municipal dois projetos de lei que tratam da criação de um plano municipal pela primeira infância e enfatizam a articulação das ações entre diferentes órgãos. De autoria das vereadoras Juliana Cardoso (PT) e Janaína Lima (Novo), ambos aguardavam a segunda votação para ir à sanção ou veto do prefeito quando do fechamento desta edição.

Em termos de administração pública, esse tipo de arranjo intersetorial pode ser considerado promissor por diversos aspectos. Entre eles, a otimização de recursos do Estado; a oferta de serviços integrados, que facilitam seu uso pela população; o melhor entendimento das demandas dos usuários; e a possibilidade de inovar nos serviços por meio da cocriação dos mesmos, envolvendo usuários e outros públicos estratégicos.

Uma das maiores referências internacionais na pesquisa da intersetorialidade, Nuria Cunill-Grau, da *Universidad de Los Lagos*, no Chile, diz que para lograr o desenvolvimento integral da primeira infância não basta que cada setor faça o que lhe corresponde segundo suas respectivas atribuições – prevenção de doenças, tratamentos médicos, educação; nem tampouco significa evitar que se produzam redundâncias entre eles. Implica que os setores ‘se ponham de acordo’ para atuar conjuntamente a fim de lograr

Primeira infância

uma mudança social a partir de uma dada situação inicial. A afirmação está no artigo “A intersectorialidade nas novas políticas sociais: um aprofundamento analítico-conceitual”, em tradução livre, publicado em 2014 na revista *Gestão e Política Pública*, da Divisão de Administração Pública do Centro de Investigação e Docência Econômica (Cide), do México.

Para Roberta Borges, pesquisadora e coordenadora do grupo da educação infantil do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (Nepp), da **Unicamp**, só o fato de várias secretarias se proporem a dialogar juntas sobre a criança já é um avanço. “Conversar sobre a importância da criança é algo bastante animador, inclusive, porque até então ela não tinha voz nenhuma na nossa sociedade.” Contudo, Roberta faz uma ressalva para que a educação seja pensada dentro da escola e a partir de quem a frequenta. “Todos querem dar a sua ideia para a educação, mas ninguém realmente escuta do que as crianças e as escolas precisam.”

No Brasil, há projetos de diferentes pastas com essa proposta de articulação em âmbito federal, estadual e municipal. Entre eles, Bolsa Família, Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec),



© Gustavo Morita

Saúde na Escola, Primeira Infância Melhor (PIM), do Rio Grande do Sul, Mãe Coruja, em Pernambuco, São Paulo Carinhosa, na capital paulista, e Cresça com Seu Filho, em Fortaleza.

Vários desses trabalhos foram alvo de estudos por pesquisadores que apontam aspectos positivos e lacunas a aprimorar. “São muitas variáveis e cada um vai se apropriar delas de forma diferente, com modelos que podem ou não dar certo”, explica Gabriela Lotta, professora de políticas públicas da Universidade Federal do ABC (UFABC).

PROGRAMA SP CARINHOSA

Uma das pesquisas avaliou o projeto São Paulo Carinhosa, política municipal integrada para a

No programa São Paulo Carinhosa, envolvimento das escolas municipais foi fator-chave para o sucesso da ação

primeira infância, executada entre 2013 e 2016 na capital paulista, com foco nas famílias em situação de vulnerabilidade com crianças de 0 a 6 anos. “Houve um esforço de articulação, provocando as secretarias a pensar no que fazer para tornar a cidade mais integradora para as crianças, aproveitando o que já existe, mais do que planejar novas ações, explica a coordenadora do estudo, Renata Bichir, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP) e pesquisadora do Centro de Estudos da Metrópole (CEM).

Um exemplo de ação conjunta entre assistência social e educação surgida no programa foi a Fila Social, que priorizou famílias mais vulneráveis, selecionadas via

Marco legal e Plano Nacional

A criação de planos municipais voltados aos primeiros anos de vida com essa concepção intersectorial consta do *Plano Nacional pela Primeira Infância*, de 2010, e foi enfatizada no *Marco Legal da Primeira Infância*, tornado lei em março do ano passado (Lei 13.257/2016). O marco sugere a criação de uma série de programas e serviços que garantam o desenvolvimento integral e integrado das crianças de 0 a 6 anos de idade, e reforça a relevância de investir em políticas de atendimento a essa faixa etária, dadas as comprovadas consequências positivas em sua vida futura.

Em 2015, a Rede Nacional Primeira Infância lançou a publicação *A Intersectorialidade nas Políticas para a Primeira Infância e, neste ano, o Guia para Elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância*, que reforçam a necessidade de coprodução nas ações sociais dirigidas a crianças pequenas e estão disponíveis na internet. A mesma rede também promove um curso on-line de formação de gestores e líderes para estimular e coordenar esse processo, evidenciando a importância do assunto.